



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638673 - SP (2021/0001500-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANNA CECILIA SILVA FERREIRA DE OLIVEIRA - SP259961
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ FELIPE FERREIRA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ FELIPE FERREIRA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 0000029-27.2018.8.26.0323).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado e de 500 dias-multa, pelo cometimento do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que "se vê que nada foi produzido a demonstrar que o paciente tivesse envolvimento com organização criminosa. O simples fato de o defendido não ter comprovado atividade lícita, não induz à conclusão de que o acusado se dedica a atividades criminosas, visto que o estado de desemprego no Brasil é um infortúnio que atinge milhares de brasileiros" (fl. 6).

Aduz que, ainda "que seja mantida a pena como aplicada no v. acórdão certo é que o regime inicial de cumprimento estabelecido ainda estaria excessivo. É que nada impediria que viesse a iniciar o desconto da reprimenda em regime outro" (fl. 9).

Requer, liminarmente e no mérito, a aplicação da redução prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, em seu patamar máximo, além de regime menos gravoso que o fechado.

Requer ainda a concessão da liminar para imediata soltura do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente